



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



1ª Turma Cível
Fls. 627



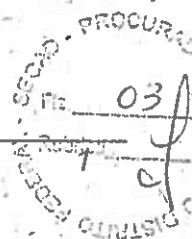
Órgão : 1ª TURMA CÍVEL
Classe : AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número : 2013 00 2 019109-0
Agravante(s) : VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA
Agravado(s) : DISTRITO FEDERAL
Relator : Desembargadora LEILA ARLANCH

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de atribuição de antecipação de tutela recursal por VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA., em desfavor da decisão proferida pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, que, nos autos da ação de anulação de ato administrativo nº 2013.01.1.095116-7, indeferiu o pedido de antecipação de tutela da agravante, por não vislumbrar dano irreparável ou de difícil reparação.

Inconformada, a agravante afirma a ocorrência de inúmeras fraudes no processo de licitação (Concorrência Pública nº 01/2011), comprovadas pela farta documentação juntada aos autos, inclusive noticiadas por diversos veículos de comunicação. Sustenta a necessidade de anulação do processo licitatório por estar eivado de ilegalidades e vícios, e argumenta estarem presentes os requisitos necessários para a medida liminar.

Pleiteia a concessão da antecipação da tutela, para suspender o processo licitatório, bem como o efeito de todos os contratos encetados com as empresas vencedoras, incluindo a suspensão da execução por parte das mesmas de tais contratos e, no mérito, pugna pela reforma da decisão atacada, confirmando a medida antecipatória.



Preparo regular (fl. 620).

É o breve relatório. Decido.

De acordo com os artigos 527, inc. II e 558, ambos do Código de Processo Civil, o relator poderá suspender os efeitos da decisão agravada ou, sendo esta de conteúdo negativo, conceder a medida pleiteada como mérito do recurso.

A concessão da medida de urgência, entretanto, está condicionada à demonstração da verossimilhança do direito e do risco de lesão grave e de difícil reparação, calcada em relevante fundamento.

Logo, devem estar presentes, simultaneamente, a verossimilhança do direito, isto é, deve haver probabilidade quanto à sua existência, podendo ser identificado mediante prova sumária; e o reconhecimento de que a natural demora na respectiva definição, em via de ação, possa causar dano grave e de difícil reparação ao titular do direito violado ou ameaçado de lesão.

Verifica-se que no caso vertente há notícia de fraude e irregularidades na licitação, cujo objeto é a concessão do serviço de transporte público de todo o Distrito Federal durante um prazo mínimo de 10 (dez) anos, a qual levará a contratação com significativo valor, estimado em um bilhão de reais, para cada um dos cinco lotes licitados

Em que pesem os fatos argumentos de fraudes e irregularidades na Concorrência 01/2011, não se encontram presentes os requisitos necessários para conceder a antecipação de tutela e suspender o procedimento licitatório, com a conseqüente suspensão dos contratos iniciados com as empresas vencedoras, bem como a interrupção de sua execução.

Em outras palavras, pelos documentos juntados (fls. 47/258 e 302/478), é possível identificar fortes indícios de algumas das irregularidades

P. J. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

apontadas, como o alegado fato de algumas empresas licitantes que saíram vencedoras (fls. 220/224) serem do mesmo grupo econômico (Viação Pioneira Ltda. (fls. 227/233) Viação Piracicabana Ltda. (fls. 235/251) Expresso União Ltda. (fls. 253/255)); do fato do escritório de advocacia que prestou assessoria à Comissão de Licitação (fls. 154/217) patrocinar empresas licitantes (fls. 602 e 614), entre outras irregularidades.

São sérias e graves denúncias que estão sendo investigadas não só no Distrito Federal (fls. 295/301, 540/559), como também no Paraná (fls. 616/618).

Contudo, não restou demonstrado o perigo de dano e sua irreparabilidade, nem o justificado receio de ineficácia do provimento final, acaso provado tais fatos.

Dispõe a Lei de Licitações:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação. (gn)

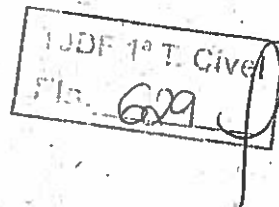
Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. (gn).

Pela legislação aplicada, não haverá prejuízo para o erário caso as supostas empresas vencedoras da Concorrência n.º 01/2011 comecem a operar, pois uma vez comprovadas as supostas fraudes e irregularidades dos atos administrativos praticados, a declaração de nulidade do processo licitatório acarretará na nulidade dos contratos firmados, retroagindo e invalidando todos os atos, desde o seu nascedouro, não gerando direitos ou obrigações para as partes, tampouco admitindo convalidação.

Nesse sentido, a jurisprudência:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE COBRANÇA.
LICITAÇÃO. NULIDADE. CONCORRÊNCIA DO
PARTICULAR. OBRA EFETIVAMENTE ENTREGUE
CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
INDENIZAÇÃO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.



POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 49 DO DECRETO-LEI 2.300/86 (ATUAL ART. 59 DA LEI 8.666/93).

1. Argumenta a autarquia federal que o artigo 49 do Decreto-Lei 2.300/86 (atualmente artigo 59 da Lei 8.666/93) "estabelece como condição para o dever de indenizar o contratado a não imputabilidade da irregularidade que motivou a nulidade do contrato firmado com a Administração", o que não ocorreu no caso em que foi constatada a participação da contratada na nulidade contratual em virtude de superfaturamento da obra.

2. O caput da regra geral estabelece para todos os casos de nulidade do contrato administrativo, o retorno ao estado anterior à avença (Art. 49. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos) exatamente como ocorre no direito privado (art. 182 do CC/02). O parágrafo único protege o contratante de boa-fé que iniciou a execução do contrato, merecedor, portanto de proteção especial à sua conduta (A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa).

3. Em relação ao contratado de má-fé, não lhe é retirada a posição normal de quem sofre com a declaração de invalidade do contrato - retorno ao estado anterior, prevista no caput do artigo 49 do Decreto-Lei 2.300/86.

Esse retorno faz-se com a recolocação das partes no estado anterior ao contrato, o que por vezes se mostra impossível, jurídica ou materialmente, como ocorre nos autos (obra pública), pelo que as partes deverão ter seu patrimônio restituído em nível equivalente ao momento anterior, no caso, pelo custo básico do que foi produzido, sem qualquer margem de lucro.

4. *Recurso especial não provido.* (REsp 1153337/AC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 24/05/2012).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. HABILITAÇÃO DOS LICITANTES. DESCLASSIFICAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO CONHECIDO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VICIADO. NULIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. WRIT IMPETRADO APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. PRAZO DECADENCIAL NÃO EXAURIDO. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR PERDA DO OBJETO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSOS NÃO PROVIDOS.

... 5. A licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação, em caso de ilegalidade, e revogação, por razões de interesse público. Conforme estabelece o art. 49 da Lei 8.666/93, o procedimento licitatório poderá ser desfeito, em virtude da existência de vício no procedimento ou por razões de

conveniência e oportunidade da Administração Pública. (Súmula 473/STF).

6. Verificada a ocorrência de alguma ilegalidade, o Poder Judiciário - uma vez provocado - ou a Administração Pública devem anular o procedimento licitatório.

7. Inquinado de vício o processo licitatório, viciado também se encontra o contrato dele advindo, devendo ser anulado.

8. Recursos especiais não providos. (REsp 1228849/MA, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 09/09/2011)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. CONTRATO. DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. ELEMENTO SUBJETIVO. INDENIZAÇÃO. ART. 59 DA LEI 8.666/1993. BOA-FÉ NÃO CONSTATADA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SÚMULA 7/STJ.

... 7. Consoante orientação do STJ, a indenização prevista no art. 59 da Lei 8.666/1993 está condicionada à demonstração de inequívoca boa-fé. In casu, o Tribunal a quo enfatizou que não havia situação emergencial e que os réus tentaram camuflar a ilegalidade da contratação por intermédio de licitação posterior.

8. Nesse contexto, a alteração do acórdão recorrido demanda reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, diante do óbice da Súmula 7/STJ.

9. Com referência à sanção, anoto que a Corte local observou o patamar legal e asseverou expressamente a proporcionalidade e razoabilidade a par das

peculiaridades do caso concreto. Assim, também nesse ponto incide o óbice da Súmula 7/STJ.

10. Agravo Regimental não provido.

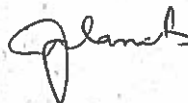
(AgRg no Ag 1376614/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2011, DJe 19/09/2011)

Assim, em análise preliminar das razões recursais, **INDEFIRO** o pedido de antecipação de tutela formulado, em face da ausência do perigo de dano grave ou de difícil reparação.

Nos termos do art. 527, inciso IV, do Código de Processo Civil, requisitem-se as informações ao Juízo de origem, no prazo legal, sobre o cumprimento pela parte recorrente das disposições do art. 526 do Código de Processo Civil, bem como, quaisquer outras informações que julgar pertinentes ao desfecho do presente agravo.

Intime-se o agravado para os fins previstos no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

Brasília, 12 de agosto de 2013.



Desembargadora **LEILA ARLANCH**

Relatora



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS

0002

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

07/08/2013

17:57:15

21939



VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.091.702/0001-28, estabelecida na SGC/SUL, Conjuntos 07 e 08, Plano Piloto, Brasília - DF, por meio de seus procuradores corretamente constituídos, com escritório profissional com endereço constante do rodapé desta página, onde recebem intimações de estilo, também já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCESSO LICITATÓRIO, Processo n. 0005341-30.2013.8.07.0018, em desfavor do **DISTRITO FEDERAL**, em trâmite na 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, não se conformando, *data vênica*, com a r. decisão proferida nos autos da ação supracitada, vem, com fundamento no art. 522 do Código de Processo Civil, interpor

AGRAVO DE INSTRUMENTO

c/c Pedido de Antecipação da Tutela Recursal

Conforme razões anexas:

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso de Agravo de Instrumento é tempestivo porque atende o prazo do decêndio legal estabelecido no art. 522 do CPC, tendo em vista que a **parte fora intimada no dia 29/07/2013, por seu procurador, ao realizar carga dos autos**, conforme documento anexo, o que denota ciência inequívoca da r. decisão vergastada, conforme precedentes deste E. Tribunal. Por outro lado, a **decisão fora devidamente publicada dia 01/08/2013, conforme Certidão de Publicação e Cópia da Publicação no Diário de Justiça, Ed. 144/2013, de 01/08/2013, pag. 466, anexos.**

SERMON

Processo aberto em 623 folh

Recorrido em 08/08/13

Horas 16:11

Carimbo A.



07
a



DOS REQUISITOS FORMAIS

0003

Requisitos formais do art. 524 do CPC

O presente recurso de Agravo de Instrumento atende ao preceituado no art. 524 do CPC, incisos I, II e III:

Requisitos do inciso I:

O presente recurso tem como anexas as razões recursais onde estão expostos os fundamentos fáticos e jurídicos.

Requisitos do inciso II:

O presente recurso tem como anexas as razões recursais onde estão sobejamente demonstradas as razões do pedido de reforma da decisão.

Requisitos do inciso III:

Agravante: **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA**
Advogado: **FERNANDO RODRIGUES DA S. A. COSTA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Subseção do Distrito Federal sob o n. 40.712, com endereço à Rua Manuel D' Abadia, n. 95, salas 06/12, 1º andar, Aquários Shopping, Anápolis, Goiás, CEP 75.020.030.

Agravada: **DISTRITO FEDERAL**
Procurador: não há procurador constituído nos autos, uma vez que ainda não fora completada a triangulação processual, com a citação do réu para apresentar defesa, conforme consta da cópia completa dos autos juntada no instrumento.

Requisitos formais do art. 525 do CPC

O presente recurso de Agravo de Instrumento atende ao preceituado no art. 525 do CPC, incisos I e II, sendo instruído com os seguintes documentos:





Documentos referentes ao inciso I e II:

- a) Cópia completa dos autos da Ação Anulatória originária do Agravo de Instrumento
- b) Comprovante de recolhimento do preparo.

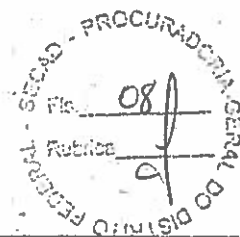
Declaramos que todos os documentos que acompanham o presente recurso são autênticos, nos termos e sob as penas da lei.

Neste sentido, cumpridos todos os pressupostos de admissibilidade do referido recurso de Agravo de Instrumento espera-se que o mesmo seja recebido e conhecido, e que mediante as razões recusais em anexo seja também PROVIDO.

Anápolis, 02 de agosto de 2013.


Roberto Naves de Assunção
Advogado OAB/GO 6.765


Fernando R. S. A. Costa
Advogado OAB-DF 40.712



**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS****ÍNCITOS DESEMBARGADORES****RAZÕES RECURSAIS****I – PRIMEIRAMENTE – DO OBJETO DO PRESENTE RECURSO**

O presente Agravo de Instrumento visa à reforma de decisão proferida na Ação Anulatória de Processo Licitatório tem o objetivo de ver Anulada a **Concorrência Pública nº 01/2011** promovida pelo Governo do Distrito Federal, a qual teve por objeto a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, tendo em vista as **INÚMERAS FRAUDES** que ocorreram, e ainda estão ocorrendo, no Certame, as quais estão sendo amplamente divulgadas pelos meios de comunicação em massa (Jornais, Revistas, Noticiários de TV, Blogs etc), que **foram totalmente desconsideradas pelo Magistrado a quo, na verdade absurdamente sequer analisadas,** muito embora claramente demonstradas e comprovadas por meio de provas documentais mais do que satisfatórias, fraudes e ilegalidades essas que, se permanecerem, estarão claramente lesando não somente da Agravante, como também demais empresas que participaram do processo de Concorrência pública, bem como toda a população do DF e cidades circunvizinhas, não podendo o Poder Judiciário ser conivente com tal situação.





II – DA DECISÃO AGRAVADA

0006

A Ação Anulatória originária, que tem por objetivo a anulação de um processo licitatório repleto de fraudes, ilegalidades, que reflete uma verdadeira organização criminosas que está trabalhando e atuando de forma escancarada, sem qualquer medo ao Poder Judiciário, Polícias Distritais e Federais, e Ministério Público, está exposta por meio de:

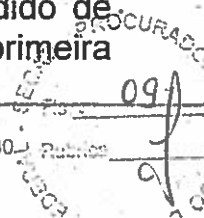
- a) Uma petição inicial de mais de 40 folhas;
- b) Documentos organizados em forma de "rol", com cerca de 20 anexos que demonstram nulidade por nulidade, fraude por fraude, crime por crime, agente por agente, quase que "desenhando" todos as ilegalidades praticas na licitação.
- c) **Parecer do Ministério Público do Distrito Federal** com 07 laudas acolhendo e concordando **COMPLETAMENTE** com o pedido de antecipação de tutela formulado pela Agravante no processo originário;
- d) Documentos que fundamentam o Parecer Ministerial com cerca de 60 folhas dentre documentos e investigação do Ministério Público acerca das fraudes do processo licitatório, que também foram objeto de denúncia junto ao Douto Órgão Ministerial.

Ou seja, dentre fundamentos e documentos, tanto da Agravante como do Ministério Público, temos um processo devidamente instruído com mais de 630 páginas!

Muito embora toda a instrução processual e preocupação da Agravante e do MPDFT em analisar, provar e fundamentar cada elemento questionado na exordial, **INFELIZMENTE**, o pedido de antecipação de tutela, por incrível que pareça, fora apreciado em uma, *data máxima* vênha, espantosa **decisão com pouco mais que 05 linhas**, a qual pedimos vênha para transcrever:

Trata-se de ação privada e não de ação popular. Tendo tal perspectiva em vista, deve-se analisar o direito individual da parte. Sob tal ponto de vista, não se vislumbra para a parte dano irreparável ou de difícil reparação, eis que poderá participar de novos certames eventualmente. Ausente requisito legal, indefiro o pedido antecipatório.

Confessamos, Doutos Desembargadores, que é até laboroso confeccionar um recurso de uma decisão que não analisou sequer nenhum dos elementos colocados na petição inicial, fundamentadores do pedido de antecipação de tutela. Decisão que, na verdade, transmite, em uma primeira





análise, a ideia de OMISSÃO, como que se “deixasse para Tribunal resolver a questão”, se eximindo de sua responsabilidade, competência de deveres originários, diante da URGENTE NECESSIDADE DO PROVIMENTO JUDICIAL ANTECIPATÓRIO. 007

Isso posto, a decisão proferida não pode prosperar, devendo ser reformada em sua totalidade, pelos fundamentos que abaixo passamos a aduzir.

III – DAS RAZÕES DE FATO

A empresa Agravante participou da Concorrência Pública nº 01/2011 promovida pelo Governo do Distrito Federal, a qual teve por objeto a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, conforme documentação anexa.

A referida licitação fora dividida em 05 lotes, denominados Bacias, que foram resultado de uma opção do Governo de divisão geográfica do território do Distrito Federal.

Tal licitação inicialmente chamou a atenção da Agravante, por uma divergente atuação da Comissão de Licitação, que desde o início do processo relevou graves falhas de algumas participantes, privilegiando estas, e em contrapartida, afastou sumariamente algumas potenciais concorrentes da disputa, alegando falhas que seriam de menor gravidade, ou que sequer existiam.

Inabilitada do Certamente, a Agravante passou a acompanhar a licitação e o seus desfecho, e começou a perceber que não se tratavam apenas de meras falhas procedimentais ou pequenos erros, mas sim, estava se evidenciando, claramente, uma verdadeira FRAUDE, uma licitação ARRANJADA, onde os VENCEDORES JÁ ESTAVAM PREVIAMENTE ESCOLHIDOS, e todo o processo licitatório caminhou para tal fim.

Eméritos Desembargadores, não se tratam aqui de meras alegações, indícios ou suspeita. Tudo o que está sendo afirmado aqui está devidamente comprovado, juntando a Agravante, nos autos originários, bem como no instrumento do presente recurso, TODAS AS PROVAS DOCUMENTAIS QUE COMPROVAM QUE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2011 DA STDFT FOI UMA VERDADEIRA FARSA!

3.1. DA ESTRUTURA CRIMINOSA QUE FRAUDOU A LICITAÇÃO

Através da vasta documentação anexa e das reportagens nos meios de comunicação em massa, foi deflagrada a seguinte estrutura criminosa no processo de Concorrência Pública nº 01/2011 da STDFT:



- a) O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.
- b) Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados como consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF.
- c) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados É ADVOGADO das empresas Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e da Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin, conforme prova-se por meio das Procurações Outorgadas pelas empresas para os Advogados, e do Termo de Depoimento prestado pelo Advogado no Inquérito Civil promovido pelo Ministério Público de Apucarana – PR (doc. anexo), onde fraude praticada pelos mesmos envolvidos fora descoberta, e o Governo acatando a Recomendação do Ministério Público revogou a licitação, diferentemente do que está acontecendo na capital da república, onde estão tentando esconder a sujeira debaixo do tapete.
- d) A Auto Viação Marechal ganhou a licitação para a bacia 04 do transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 02 e a Viação Piracicabana, também do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 01.
- e) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados presta consultoria para a Comissão de Licitação SEM CONTRATO OU QUALQUER LICITAÇÃO!
- f) A consultoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados inabilitou vários licitantes durante a concorrência pública. Contudo, TODOS OS QUE NÃO FORAM INABILITADOS PELO escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados SAGRARAM-SE (OU ESTAM SE SAGRANDO) VENCEDORES! COINCIDÊNCIA!?
- g) Em síntese, os fatos levam a uma conclusão clara e evidente: A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011 FOI TOTALMENTE FRAUDADA, JÁ POSSUINDO VENCEDORES ANTES MESMO DE SE INICIAR, TENDO SIDO PLANEJADA TODA SUA OPERACIONALIZAÇÃO E ASSIM TENDO SEU RESULTADO PREVISÍVEL!



PROCURADOR
10
[Handwritten signature]



Tal estrutura criminosa lesou todo um sistema Administrativo de Concorrência Pública que deveria ser pautado pela Ética, Transparência, Legalidade, Isonomia, dentre outros princípios, os quais foram totalmente banalizados, gerando um lucro para os criminosos de mais de R\$ 8 bilhões de reais, dinheiro esse que sai do bolso da Agravante, deste advogado que esta redige, e do Douto Magistrado que a esta lê.

A demonstração e comprovação das FRAUDES E ILEGALIDADES que envolveram a licitação foram devidamente e pontuadas e documentadas no processo originário, senão vejamos:

3.2. DAS ABSURDAS ILEGALIDADES EVIDENCIADAS NO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

A Concorrência Pública para contratação de empresas prestadores de Transporte Coletivo do Distrito Federal está cheia, repleta de vícios e fraudes, que demonstram claramente que se trata de uma Licitação totalmente ARRANJADA, COMPRADA, onde desde o início já se sabia quem seriam os vencedores.

Muito embora as várias denúncias feitas, ao Tribunal de Contas, ao CADE, à Polícia Federal, ao Ministério Público (que por sinal tem sido o órgão mais ativo), a divulgação nos MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA nenhuma medida fora efetivamente tomada (docs. Anexos)

Vejam, Doutos Desembargadores, as absurdas ilegalidades que aconteceram na licitação, que estão devidamente comprovadas nos autos:

- a) Um Escritório de Advocacia que patrocina causas para empresas que participaram da licitação e sagraram-se vencedoras foi o mesmo que assessorou a Comissão de Licitação, e inabilitou várias outras empresas – Ou seja, “limpou” o caminho para que suas empresas ganhassem a licitação – **COMPROVADO NAS FLS. 97/258 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**
- b) Duas empresas – VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO PIONEIRA, de um mesmo Grupo Econômico não somente participaram da licitação, como foram ambas vencedoras de 02 lotes – **COMPROVADO NAS FLS. 259/337 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**





- c) Mesmo após RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DFT para suspensão da licitação, no calar da noite, desrespeitando a ordem ministerial, contratos foram assinados. **COMPROVADO NAS FLS. 318/337 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**
- d) Todas as empresas que não foram inabilitadas pelo Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck sagraram-se vencedoras, ou seja, o escritório foi quem determinou quem ganhou e quem perdeu – **COMPROVADO NAS FLS. 252/258 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**
- e) O consórcio HP-ITA participou da licitação e foi vencedor sem possuir atos constitutivos válidos, evidenciando em ofensa ao Edital – **COMPROVADO NAS FLS. 489/506 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**
- f) A empresa VIAÇÃO MARECHAL apresentou proposta com valores TOTALMENTE ERRADOS, fora dos limites do Edital, os quais foram desconsiderados pela comissão, que os chamou de “errinhos”, sua proposta foi habilitada e aceita “de um dia para o outro”, sem respeitar o prazo de 05 dias para Recurso das demais concorrentes, sagrando-se vencedora do lote 04 – **COMPROVADO NAS FLS. 338/488 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**
- g) A empresa EXPRESSO SÃO JOSÉ foi sagrada vencedora e, no dia seguinte), o Sr. Secretário de Transportes adjudicou e homologou o lote para a respectiva empresa, sem respeitar o decurso do prazo recursal garantido por lei de 05 dias, LESANDO O DIREITO DAS DEMAIS CONCORRENTES – **COMPROVADO NAS FLS. 507/511 dos autos originários, cuja cópia completa compõe o presente Recurso.**

Ora, os fatos e fundamentos jurídicos para a anulação da licitação estão devidamente comprovados.

A Agravante não mediu esforços para provar o que se pleiteia, cumprindo assim seu dever processual do ônus da prova!

Agora, pergunta-se: **O QUE MAIS FALTA, DOUTOS DESEMBARGADORES!?**



RECURSO
11
11

O QUE MAIS É EXIGIDO DA PARTE PROVAR PARA QUE SE TENHA UM PROVIMENTO JUDICIAL E UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO MÍNIMO SATISFATÓRIOS!?

O QUE TEMOS OBSERVADO, NOBRES DESEMBARGADORES, É QUE MUITO EMBORA AS FRAUDES E NULIDADES DA REFERIDA LICITAÇÃO ESTEJAM SALTANDO AOS OLHOS, NÃO TEM HAVIDO NENHUMA DISPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM REPRIMIR TAIS FRAUDES, ESTANDO ESTE RESPEITAVEL ÓRGÃO "PRESO" EM UM EXCESSIVO FORMALISMO LEGAL E PROCESSUAL, ESQUECENDO-SE DO SEU DEVER MAIOR, QUE É A PACIFICAÇÃO SOCIAL, A BUSCA PELO BEM COMUM!

IV – DAS RAZÕES DE DIREITO

DA ANULAÇÃO DE LICITAÇÕES EIVADAS DE ILEGALIDADE E VÍCIOS

Todo ato administrativo para ser validado deve conter os seus 05 elementos ou requisitos de validade (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) isentos de vícios (defeitos). Caso um desses elementos apresente-se em desacordo com a Lei, o ato será nulo.

O pressuposto da anulação é que o ato possua um vício de legalidade em algum de seus requisitos de formação. Com isso, podemos defini-la como sendo o desfazimento de um ato por motivo de ilegalidade. A anulação decorre do controle de legalidade dos atos administrativos.

Acerca da matéria, a Lei de Licitações já dispõe:

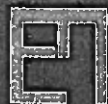
*"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros**, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

*§ 1º. A **anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade** não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59 desta Lei.*

*§ 2º. A **nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato**, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.*

§ 3º. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.





§ 4º. O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação. 0012

"Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa."

O mesmo dispositivo assevera, no rol de Crimes:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente; o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Veja que a Lei 8.666/93 atribui ao Poder Judiciário competência pra invalidar atos administrativos eivados de vício nos processos de concorrência pública.

A matéria já é sumulada pelo STF, senão vejamos:

473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Acerca da Anulação de Licitações Fraudulentas, nos Tribunais em todo o país possuem posição pacificada. Vejamos o posicionamento do STJ acerca da matéria:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
12





PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DE CONTRATO DE LA ORIUNDO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORIGINADOS DA EXTRAÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL. PRORROGAÇÃO, POR DECISÃO JUDICIAL, DE CONTRATO EXTINTO PELO DECURSO DO PRAZO DE VALIDADE. OMISSÃO RELEVANTE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. 013

1. A recorrida ajuizou Ação Ordinária com pedido de anulação do procedimento licitatório realizado pela Petrobras e do contrato dele decorrente, firmado com outra empresa. Requereu antecipação de tutela ou, alternativamente, a concessão de medida liminar para continuar prestando serviços de gerenciamento de resíduos originados da extração de óleo e gás natural.

2. O juiz monocrático convenceu-se, provisoriamente, da procedência da argumentação relativa a irregularidades no certame realizado. Em consequência, determinou que a empresa autora desse seguimento aos serviços até então desempenhados, por eles recebendo o menor valor entre a quantia por ela percebida em seu contrato e o montante fixado no novel ajuste celebrado com terceira sociedade empresarial.

[...]

11. Recurso Especial parcialmente provido, para, mantida a nulidade da licitação, cassar a parte do acórdão que prorrogou o prazo do contrato vencido por decurso do prazo.

(REsp 772.505/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 15/12/2009)

(destaque nosso)

AÇÃO ANULATÓRIA. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE LINHAS. LICITAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DA EMPRESA QUE BUSCA PARTICIPAR DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

I - Trata-se de ação anulatória ajuizada por empresa de transporte coletivo, por meio da qual pretende a nulidade dos termos de autorização ou equivalentes que concederam o direito à exploração de linhas urbanas às empresas demandadas sem o competente procedimento licitatório.



II - O Tribunal a quo, julgando o recurso de apelação⁰¹⁴ interposto contra a decisão de improcedência do pedido, declarou a ilegitimidade ativa da empresa autora, sob o argumento de que ela não presta serviços na respectiva municipalidade, e que eventual certame licitatório não lhe garantiria vitória.

III - A empresa autora tem legitimidade ativa para ajuizar a ação anulatória em questão, tendo em conta seu objetivo de poder participar de procedimento licitatório buscando prestar serviços que estão sendo garantidos a outras empresas. Precedentes: REsp nº 418552/MG, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 16.12.2002, MS nº 5964/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 20.03.2000.

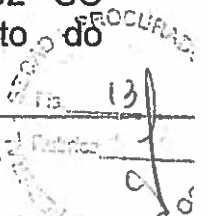
IV - "Com a contratação sem prévia licitação, a administração violou o direito subjetivo do recorrente e de outras empresas de transporte que poderiam concorrer à exploração da linha, além de infringir aos princípios da legalidade e da publicidade" (REsp nº 272.612/PI, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Rel. p/ Acórdão Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 17.09.2001).

V- Recurso provido com o retorno dos autos ao Tribunal a quo para apreciar o mérito do recurso de apelação interposto.

(REsp 1104003/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 13/05/2009)

Também nos demais Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCESSO LICITATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS EM PRIMEIRO GRAU. PRELIMINAR. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC. REJEITADA. MÉRITO. VINCULAÇÃO DA PROPOSTA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IRREGULARIDADE VERIFICADA. ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO, SÚMULA N. 473 DO STF. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Verificada a inobservância da proposta, apresentada pela empresa vencedora de certame, ao instrumento licitatório, flagrante é a ilegalidade da licitação, devendo ser anulada, nos termos da Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal. (AC 144062 SC 2009.014406-2 TJ-SC, Relator: Wilson Augusto do





Nascimento, Data de Julgamento: 24/03/2010, Terceira 015
Câmara de Direito Público)

Isso postos, pacífica a jurisprudência no sentido de Anular processo licitatório no qual são encontradas irregularidades, possuindo assim efeito retroativo, anulando consequentemente contratos entabulados, contratos a serem assinados e execução de quaisquer contratos que resultaram do procedimento administrativo licitatório viciado, como acontece no presente caso.

Postos esses fundamentos, passemos para a análise das razões para a reforma da decisão ora vergastada.

V – DAS RAZÕES PARA REFORMA DA R. DECISÃO

Data máxima vênia à decisão proferida pelo Magistrado a quo, a mesma não pode prosperar, uma vez que analisou a violação do direito da Agravante sob uma visão míope, e assim o fazendo, não deu ao pedido antecipatório da tutela pretendida a importância devida, gerando assim grave violação ao direito da Agravante, violação essa que pode alcançar danos em patamares irreversíveis.

Vejamos, novamente, a transcrição da decisão recorrida:

Trata-se de ação privada e não de ação popular. Tendo tal perspectiva em vista, deve-se analisar o direito individual da parte. Sob tal ponto de vista, não se vislumbra para a parte dano irreparável ou de difícil reparação, eis que poderá participar de novos certames eventualmente. Ausente requisito legal, indefiro o pedido antecipatório.

O Douto Magistrado *a quo* analisa o pedido antecipatório sob duas perspectivas: a primeira, envolvendo o interesse particular e popular; a segunda, diante do interesse individual da parte, conclui para ausência de prejuízo.

Todavia, ambas as análises estão totalmente equivocadas, senão vejamos:

De fato a presente ação não se trata de ação popular. Tanto que em seus fundamentos, nenhum dispositivo da Lei 4.717/65 é suscitado ou sequer citado!

Agora se questiona por que o Douto Magistrado fez tal conclusão?





A resposta é simples e visível. Porque, além de versar sobre a ofensa ao direito imediato e direto da Agravante, as fraudes praticadas no processo licitatório geram ainda prejuízos à toda a população, bem como à Administração Pública. 0016

Os fundamentos dos pedidos formulados na exordial são sempre diretamente relacionados aos direitos e prejuízos da Agravante. Todavia, nada obsta que sejam demonstrados, paralelamente, os demais prejuízos ocasionados a terceiros pela mesma ilegalidade que atinge quem pleiteia.

Nesse sentido, não compreendeu o Douto Magistrado a quo que a Agravante é uma das pessoas, dentre as milhares, que estão sendo prejudicadas por um processo licitatório totalmente fraudulento e viciado.

Em um paralelo infantil, mas coerente, é como se uma vítima de um acidente aéreo, ao pleitear em nome próprio indenização e responsabilização dos envolvidos, não pudesse mencionar o número de vítimas do acidente e os prejuízos que as mesmas também sofreram; ou então, um consumidor, cansado de sofrer nas mãos das conhecidas empresas de telefonia, pleiteasse, com fundamento também no dano aos demais clientes, uma medida mais enérgica, como a suspensão das atividades da empresa até o cumprimento de seu pleito individual. Ora, várias decisões temos visto nos Tribunais em todo o país nesse sentido.

Temos aqui um típico caso que exemplifica o **Princípio Constitucional da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado.**

Segundo lições de Celso Antônio Bandeira de Mello,

O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular é o princípio geral do direito inerente a qualquer sociedade, e também condição de sua existência, ou seja, um dos principais fios condutores da conduta administrativa. A própria existência do Estado somente tem sentido se o interesse a ser por ele perseguido e protegido for o interesse público, o interesse da coletividade.

Nesse sentido, grave ofensa a esse princípio está ocorrendo no presente processo, uma vez que o Douto Magistrado a quo, muito embora alertado, documentado e fundamentado, tanto pelos documentos juntados pelo Agravante quanto pelo Parecer Ministerial, preferiu se omitir, e com formalismo excessivo, fazer vista grossa, sustentando, entrelinhas, que a Agravante não possui legitimidade para RECURADO



alegar os prejuízos sofridos pela população e pelo Erário, mais somente os seus, individuais. Um Absurdo!!! 2017

E continua asseverando o nobre Autor:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra”.

Esquece-se que os mesmos prejuízos sofridos pelo conjunto são os mesmos individualmente sofridos por cada um!

Ora, se a chuva cai em um lugar, molha a todos que ali estão, e não somente um ou outro. Cabe a cada um buscar o seu abrigo, podendo um prover abrigo a todos.

O abrigo que se busca é a proteção do Poder Judiciário que, infelizmente, muito embora visível a “chuva”, tem se recusado a abrigar seus jurisdicionados.

E as consequências a inércia ou demora do Judiciário da prestação Jurisdicional gera prejuízos não somente à Agravante, como também ao Erário. Pedimos vênia para transcrever aqui trecho do parecer do Douto Promotor de Justiça que se manifestou nos presentes autos:

Na hipótese de anulação do certame em virtude dos vícios insanáveis arrolados na exordial, impor-se-á a anulação dos contratos entabulados entre o Poder Público e as empresas então concessionários do serviço público de transporte coletivo e, por conseguinte, o Estado será obrigado a indenizar os vultuosos investimentos feitos pelas empresas, como financiamentos dos ônibus, rescisão de contrato de trabalho, construção de garagens nos termos do edital etc., nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

Ora, uma vez noticiadas das fraudes perante o Poder Judiciário, estando elas robustamente comprovadas e nenhuma medida tomada, a Doutrina e Jurisprudência tem evoluído no sentido de se atribuir também ao





Poder Judiciário responsabilização, senão vejamos o posicionamento de Cavalieri Filho (2006, p. 284) traduzindo tal corrente:

No que respeita aos danos causados pela atividade judiciária, aqui compreendidos os casos de denegação da justiça pelo juiz, negligência no exercício da atividade, falta do serviço judiciário, desídia dos serventuários, mazelas do aparelho judicial, é cabível a responsabilidade do Estado amplamente com base no artigo 37, §6.º, da Constituição ou na culpa anônima (falta do serviço); pois trata-se [...] de atividade administrativa realizada pelo Poder Público.

No mesmo sentido:

"Recurso extraordinário que ainda não sofreu juízo de admissibilidade. Acórdão do Tribunal recorrido que versa matéria idêntica à veiculada em causas já preparadas para serem julgadas pelo Plenário do STF. Retardamento, pela Presidência do Tribunal recorrido, da formulação do juízo (positivo ou negativo) de admissibilidade do apelo extremo. Potencialidade danosa resultante dessa omissão processual, agravada pela inércia no exame do pedido de tutela de urgência. Caracterização de dano potencial apto a comprometer, de modo grave, a situação jurídica da empresa contribuinte. Possibilidade, ainda, de frustração dos fins inerentes ao processo cautelar. Hipótese excepcional que justifica, no caso, o exercício, pelo STF, do poder geral de cautela. Situação extraordinária que autoriza a não incidência das Súmulas 634 e 635/STF. Função jurídica da tutela cautelar. Instrumentalidade do processo cautelar (binômio necessidade/utilidade). Relação de complementaridade entre o instituto da tutela cautelar e o princípio da efetividade do processo – Doutrina – Situação que enseja a outorga excepcional do provimento cautelar, considerada a singularidade do caso. Suspensão da eficácia do acórdão objeto do apelo extremo. Medida cautelar deferida pelo Relator. Decisão referendada." (AC 1.810-QO, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16-10-2007, Segunda Turma, DJ de 31-10-2007.)

Desta feita, precária e inviável é a interpretação de que "não se trata de ação popular", pelos fundamentos acima delineados, ensejando as responsabilidades respectivas diante da omissão em face os prejuízos mais do que comprovados e documentados, a serem suportados pela Agravante e demais envolvidos.

Por outro lado, Doutos Desembargadores, acerca da fundamentação da decisão vergastada no respectivo trecho: "Tendo tã





perspectiva em vista, deve-se analisar o direito individual da parte. Sob tal ponto de vista, não se vislumbra para a parte dano irreparável ou de difícil reparação, eis que poderá participar de novos certames eventualmente”, totalmente incoerente é tal sustentação. A questão não é tão simples assim como imagina o Douto Magistrado a quo.

A licitação em questão, que está sendo objeto de fraudes e ilegalidades, as quais o Judiciário não está vendo, ou “não quer ver”, trata-se de um **Processo de Concorrência Pública de mais de R\$ 8,0 bilhões de reais, para ser executada em 10 anos, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, 20 anos!**

Assim, Eméritos Desembargadores, não é uma licitação “eventual”, como é tratada, como aquelas que acontecem todo ano, a toda hora, e em caso de perda, basta aguardar que logo ocorrerá outra! Não!

É uma licitação de R\$ 8,0 bilhões, para execução de serviço em 20 anos.

A agravante concorreu ao processo licitatório e fora inabilitada pela mafiosa cúpula da Comissão de Licitação, como fez com todas as demais empresas, restando apenas as que sagraram-se vencedoras. Assim, fora evidentemente prejudicada!

Ora, para simples esclarecimentos e ciência de Vossas Excelências, posto que o MM. Juiz *a quo* não se ateve a esse importante detalhe, a **Agravante é a empresa que exerce hoje o serviço que fora licitado, e o exerceu por muitos anos.**

Nesse sentido, a **Agravante possui hoje mais de 6.000 empregados (motoristas e apoio), com uma frota de mais de 1.200 ônibus**, os quais estão exclusivamente vinculados ao serviço de transporte coletivo de Brasília!

Pergunta-se, agora, Exas:

Para onde vai tudo isso, construído ao longo de anos?

Para onde vai todo mundo?

E as famílias desses motoristas?

E as esposas e filhos dos empregados da empresa que fora criminosamente excluída de uma licitação?

VÃO AGUARDAR UMA NOVA LICITAÇÃO, EXAS!!!!???





Quem representa todos esses empregados, quem paga seus salários, quem sustenta essas famílias é a empresa Agravante!!!

Ainda que já suficiente, demonstrados os graves prejuízos individuais que a Agravante sofrerá, que atingirá também as famílias de todos os seus funcionários, a questão abrange uma magnitude ainda maior, já que pela conduta adotada pela Agravada, está sacrificando as garantias constitucionais mínimas que devem resguardar o empresário no exercício da atividade econômica.

Depreende-se dessa questão, ainda, o direito de todos os empresários do país, que construíram todo um aparato para explorarem atividades econômicas, que as regras do jogo devem ser mantidas, de modo a se primar pelo princípio da segurança jurídica que assegura a empresários investirem no nosso país.

Sem segurança jurídica, não há exercício da atividade empresarial. E no presente caso, onde está a segurança jurídica que garante a Agravante que os princípios basilares da Licitação deviam ser obedecidos e foram covardemente afastados, e tal conduta está sendo acobertada?

NÃO HÁ, AQUI, PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO!?

Se a resposta for negativa, não resta mais nenhuma esperança ou confiança na prestação Jurisdicional!

CONTUDO, ainda crendo no Poder Judiciário, e acreditando estarem configurados todos os requisitos ensejadores da demanda antecipatória, pugna a agravante pela reforma da decisão ora vergastada.

É sabido que para a concessão da tutela antecipada, exige a presença de certos requisitos, materializados na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação (*caput*, art. 273, CPC), conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou mesmo, o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).

No presente caso, Douto Des. Relator, observa-se claramente a vasta documentação comprobatória, bem como a real necessidade de uma imediata intervenção por parte do Poder Judiciário, sob pena de ser "tarde demais", e os prejuízos insanáveis permanecerem, o que afetará não somente a Agravante.

PROCURADOR
16/



Tal medida enérgica seria a **SUSPENSÃO DO PROCESSO DE**⁰²¹
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2011 DA STDFT, BEM COMO SUSPENSÃO
DE TODOS ATOS DE CONTRATAÇÃO, TODOS CONTRATOS JÁ
FIRMADOS E TODA E QUALQUER EXECUÇÃO DE TAIS CONTRATOS,
ATÉ QUE SEJA CONCLUÍDA A PRESENTE DEMANDA.

Nesse sentido, entendemos presentes todos os requisitos ensejadores da concessão da antecipação dos efeitos da tutela, senão vejamos:

A verossimilhança das alegações, JÁ ENCONTRA-SE TÃO PROVADA QUE SEQUER FORA REBATIDA PELA JUÍZO A QUO, e encontra-se claramente demonstrada nos fatos e fundamentos devidamente comprovados:

- a) Um Escritório de Advocacia que patrocina causas para empresas que participaram da licitação e sagraram-se vencedoras foi o mesmo que assessorou a Comissão de Licitação, e inabilitou várias outras empresas – Ou seja, “limpou” o caminho para que suas empresas ganhassem a licitação – **COMPROVADO!!!**
- b) Duas empresas – **VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO PIONEIRA**, de um mesmo Grupo Econômico não somente participaram da licitação, como foram ambas vencedoras de 02 lotes – **COMPROVADO!!!**
- c) Mesmo após **RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DFT** para suspensão da licitação, no calar da noite, desrespeitando a ordem ministerial, contratos foram assinados. **COMPROVADO!!!!**
- d) Todas as empresas que não foram inabilitadas pelo Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck sagraram-se vencedoras, ou seja, o escritório foi quem determinou quem ganhou e quem perdeu – **COMPROVADO!!!**
- e) O consórcio **HP-ITA** participou da licitação e foi vencedor sem possuir atos constitutivos válidos, evidenciando em ofensa ao Edital – **COMPROVADO!!!**
- f) A empresa **VIAÇÃO MARECHAL** apresentou proposta com valores **TOTALMENTE ERRADOS**, fora dos limites do Edital, os quais foram desconsiderados pela comissão, que os chamou de “errinhos”, sua proposta foi habilitada e aceita “de um dia para o outro”, sem respeitar o prazo de 05 dias para Recurso das demais concorrentes, sagrando-se vencedora do lote 04 – **COMPROVADO!!!**





- g) A empresa EXPRESSO SÃO JOSÉ foi sagrada vencedora e, no dia seguinte), o Sr. Secretário de Transportes adjudicou e homologou o lote para a respectiva empresa, sem respeitar o decurso do prazo recursal garantido por lei de 05 dias, LESANDO O DIREITO DAS DEMAIS CONCORRENTES – **COMPROVADO!!!**

O fundado receio de dano irreparável reside no fato de que o processo licitatório está chegando ao seu fim, consagrando empresas vencedoras que CLARAMENTE ESTÃO LESANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AS DEMAIS CONCORRÊNCIAS (INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA E CONCORRÊNCIAL) E A PRÓPRIA POPULAÇÃO, QUE É QUEM ARCA COM TAIS PREJUÍZOS, gerando assim efeitos irretroativos e irreparáveis.

Assim, Nobre Julgador, se nenhuma medida URGENTE for tomada, no sentido de SUSPENDER A LICITAÇÃO, OS ATOS DE CONTRATAÇÃO E TODOS OS ATOS DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS, estaremos fadados ao descrédito na Lei, no Direito, na Justiça, posto que AS FRAUDES SALTAM AOS OLHOS, MAS O SIMPLES OLHAR EFEITO ALGUM PRODUZ! E É O QUE TEM OCORRIDO ATÉ A PRESENTE DATA, INFELIZMENTE!

Isso posto, imperiosa se faz a reforma da decisão ora recorrida no sentido de, entendo presentes os Requisitos previsto no art. 273 do CPC, conceder a antecipação dos efeitos da tutela, suspendendo o processo de licitação, bem como o efeito de todos os contratos encetados com as empresas vencedoras, incluindo a suspensão da execução por parte das mesmas de tais contratos.

VI - DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL - EFEITO ATIVO

O Código de Processo Civil é expresso em seu artigo 527, inciso III, ao permitir ao relator o deferimento do efeito suspensivo ativo ou **antecipação de tutela da pretensão recursal**, sendo esta imediatamente comunicada ao juiz de primeiro grau.

Sobre a matéria, convém visitar as lições de Humberto Theodoro Júnior:

"f) tem o relator poderes para: a) atribuir efeito suspensivo ao agravo (art. 558); b) para deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal,





*comunicando sua decisão (art. 527, inc. III)" (Curso de 2023
Direito Processual Civil, vol. I, 44ª ed. Rio de Janeiro:
Forense, 2006, p. 656-657)*

São requisitos indispensáveis à concessão do instituto da antecipação de tutela, previstos no art. 273 do CPC, a existência de prova inequívoca, a verossimilhança das alegações, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e a caracterização do abuso de direito.

Ora, presentes estão todos os requisitos na presente peça, conforme já demonstrado, fundamentado e comprovado no tópico acima.

Sendo assim, requer a **antecipação dos efeitos da tutela recursal**, ao presente recurso de agravo de instrumento, nos termos dos artigos 527, inciso III, e 558 do Código de Processo Civil, no sentido de determinar **A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO, BEM COMO O EFEITO DE TODOS OS CONTRATOS ENCETADOS COM AS EMPRESAS VENCEDORAS, INCLUINDO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO POR PARTE DAS MESMAS DE TAIS CONTRATOS ATÉ A COGNIÇÃO EXAURIENTE DA DEMANDA**, por ser essa medida de Justiça.

VII – DOS REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto e do mais que certamente será suprido pela sempre sábia intervenção deste Egrégio Tribunal, considerando que a situação configurada indica que se cometerá injustiça irreparável, fundada nas raízes da ilegalidade, sem o mínimo de amparo jurídico, comparece a Agravante perante esta douta Câmara na pessoa de V. Exa. Ilustre Relator, para requerer:

- a) O deferimento o pedido de Antecipação da Tutela Recursal, no sentido de determinar **A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2011 DA STDFT E DE TODOS OS CONTRATOS ENCETADOS COM AS EMPRESAS VENCEDORAS, E SEUS EFEITOS, INCLUINDO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO POR PARTE DAS EMPRESAS DE TAIS CONTRATOS ATÉ A COGNIÇÃO EXAURIENTE DA DEMANDA**, vez que preenchidos os requisitos ensejadores do deferimento do instituto, sob pena do perecimento do direito e prejuízo de cunho irreparáveis à Administração Pública, à população e à Agravante.
- b) No mérito, seja reformada a r. decisão proferida pelo Exmo. Juiz *a quo*, no sentido de reconhecer a existência da Verossimilhança das Alegações e do fundado receio de dano irreparável em caso







de demora, confirmando assim a medida antecipatória no sentido de determinar A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2011 DA STDFT E DE TODOS OS CONTRATOS ENCETADOS COM AS EMPRESAS VENCEDORAS, E SEUS EFEITOS, INCLUINDO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO POR PARTE DAS EMPRESAS DE TAIS CONTRATOS até a cognição exauriente da demanda originária.

Nestes termos,
Pede e espera o deferimento.

Anápolis/GO, em 02 de agosto de 2013.


Roberto Naves de Assunção
Advogado OAB/GO 6.765


Fernando R. S. A. Costa
Advogado OAB-DF 40.712



